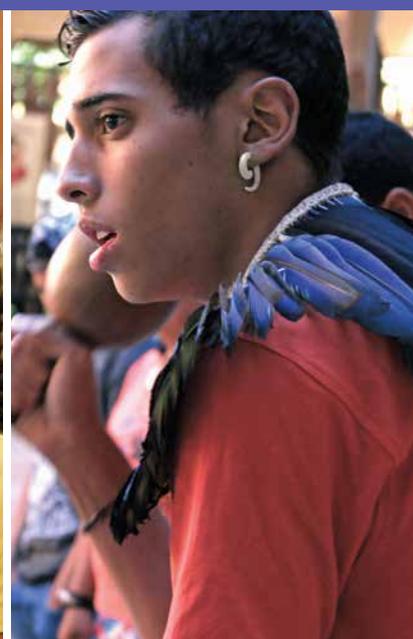


PLANO DE SAÚDE PARA A JUVENTUDE INDÍGENA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE



Organização
Pan-Americana
da Saúde

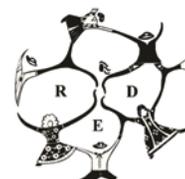


Organização
Mundial da Saúde
Escritório Regional para as
Américas

FILAC



FONDO PARA EL DESARROLLO
DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS DE
AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE





**PLANO DE SAÚDE PARA A JUVENTUDE
INDÍGENA DA AMÉRICA LATINA
E DO CARIBE**





PLANO DE SAÚDE PARA A JUVENTUDE INDÍGENA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE

4 Introdução

5 Breve Referência ao Quadro Normativo do Direito à Saúde da Juventude Indígena

7 Áreas Prioritárias de Saúde Identificadas Pela Juventude Indígena

13 Linhas Prioritárias de Ação e Recomendações da Juventude Indígena:

14 Primeira Linha de Ação: Produção de Evidências Que Sustentem Propostas de Saúde

16 Segunda Linha de Ação: Competência Intercultural

18 Terceira Linha de Ação: Ação Política

20 Quarta Linha de Ação: Participação Sociocultural

22 Quinta Linha de Ação: Integração Entre Medicina Tradicional e Complementar

24 Sexta Linha de Ação: Direitos Sexuais e Reprodutivos Para a Juventude e a Infância Indígenas

I. Introdução

Este Plano de Saúde para a Juventude Indígena resulta do apoio da OPAS/OMS para a abertura de diálogos e participação social, em ações relacionadas à saúde, em prol da juventude indígena na América Latina e no Caribe.

O Departamento de Família, Gênero e Curso de Vida (através dos Programas de Etnicidade e Saúde do Adolescente), em colaboração com a Representação da OPAS/OMS no Brasil, o Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe – FILAC [sigla em espanhol] (mediante seu Programa Emblemático de Juventude Indígena), a Rede de Juventude Indígena da América Latina e a Rede de Juventude Indígena (REJUIND, sigla em espanhol) do Brasil permitiram um encontro onde jovens indígenas da Região tiveram a oportunidade de analisar conjuntamente os

avanços e os desafios que ainda enfrentam, incluindo a temática em saúde, em 10 anos da adoção da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP, sigla em inglês).

Durante o encontro realizado em Brasília, de 10 a 12 de abril de 2017, os representantes das redes de juventude indígena da América Latina e do Caribe tiveram a oportunidade de identificar as prioridades de saúde e, a partir de suas próprias perspectivas, entraram em consenso acerca de uma proposta de plano de saúde para a juventude indígena na Região. Participaram deste encontro representantes da juventude indígena do Brasil, Bolívia, Colômbia, Guatemala, Guiana, El Salvador, México, Nicarágua, Peru, Panamá, Suriname e Uruguai.



II. Breve Referência ao Quadro Normativo do Direito à Saúde da Juventude Indígena

Tanto a Organização das Nações Unidas (ONU) como o sistema interamericano de direitos humanos apresentam um conjunto importante de instrumentos normativos que fundamentam a proteção do direito à saúde da juventude indígena. Assim, a UNDRIP protege o direito de desfrutar o mais alto nível possível de saúde física e mental dos indígenas e garante o direito dos povos indígenas ao acesso a suas medicinas tradicionais e a manutenção de suas práticas de saúde¹.

Por sua vez, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial garante o direito à saúde pública e à assistência médica sem

distinção de origem étnica². O Convênio sobre povos indígenas e tribais em países independentes (Convênio 169) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece que os serviços de saúde devem ser organizados em cooperação com os povos envolvidos, considerando suas condições econômicas, geográficas, sociais e culturais, bem como seus métodos de prevenção, suas práticas curativas e seus medicamentos³. Em relação à juventude e ao direito à saúde, a Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens protege o direito à saúde integral, à atenção primária gratuita e à atenção especializada em saúde juvenil⁴.

1) Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, Art. 24.

2) Convenção sobre a Eliminação da Discriminação Racial, Art. 5

3) Convenção no. 169 da OIT, Art. 25.

4) Convenção Ibero-Americana dos Direitos dos Jovens, Art. 25.

Cabe destacar que o Comitê dos Direitos da Criança indicou que, em conformidade com as obrigações contidas na Convenção sobre os Direitos da Criança, é necessário adotar medidas para assegurar a coleta sistemática de dados que permitam o monitoramento das condições de saúde e do desenvolvimento de adolescentes. Além disso, levando em conta a participação dos adolescentes, o Comitê insiste na criação de mecanismos para coleta de dados, desagregados por sexo, idade, origem e condição socioeconômica, para que, assim, se monitore a situação da saúde dos diferentes grupos⁵.

O mesmo Comitê estabeleceu que, a fim de garantir o direito à saúde de crianças e adolescentes em geral, os serviços e os programas relacionados com a saúde deste

grupo da população devem cumprir os critérios de disponibilidade, acessibilidade, aceitação e qualidade. Diante do exposto, é relevante mencionar a importância da aceitação relacionada à saúde da juventude indígena, já que a aceitação implica na garantia de que as instalações e os serviços considerem e respeitem as necessidades, as expectativas e a cultura dos diferentes grupos, como no caso da juventude indígena⁶.

Deste modo, importantes consensos mundiais, como a adoção dos compromissos para o desenvolvimento sustentável, assumidos na Agenda 2030 das Nações Unidas, posiciona a saúde como uma prioridade para que ninguém fique para trás⁷.

5) Observação Geral No. 4, Comitê dos Direitos da Criança, a Saúde e o Desenvolvimento dos Adolescentes no contexto da Convenção sobre os Direitos da Criança, ONU Doc. CRC/GC/2003/4 (2003), parágrafo 13.

6) Observação Geral Nº 15 (2013) sobre o direito da criança ao desfrute máximo da saúde (Art. 24), parágrafo 115.

7) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 3, “Saúde e Bem-Estar”, sua meta é atingir a “cobertura universal de saúde e o acesso a medicamentos e vacinas de forma segura e a preços acessíveis para todos.” <http://www.undp.org/content/undp/es/home/sustainable-development-goals/goal-3-good-health-and-well-being.html>

III. Áreas Prioritárias de Saúde Identificadas Pela Juventude Indígena⁸

Serviços de Saúde Interculturais e Falta de Acesso a Serviços

As jovens e os jovens, respondendo aos princípios culturais de bem-estar e harmonia com a natureza, consideram a saúde sob a perspectiva holística. Esta compressão da saúde incorpora a saúde mental, física, espiritual e emocional do ser humano em sua relação com a natureza. Para jovens indígenas, a saúde é vivida em comunidade com todos os seres que a conforma⁹.

Acesso a Serviços e Migração

As jovens e os jovens indígenas identificaram a falta de serviços de saúde em territórios e comunidades indígenas como uma causa direta para o fenômeno da migração às zonas urbanas. Os dados sobre mortalidade refletem a falta de acesso a serviços básicos de saúde.

Também observam com preocupação a falta de dados estatísticos sobre o acesso de jovens indígenas aos serviços de saúde¹⁰.

8) Para a elaboração deste plano de saúde, a juventude indígena considerou o *Relatório Perspectiva de Jovens Indígenas em 10 anos da adoção da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas* (2017), sistematizado por Q'apaj Conde, elaborado para o Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe, e a Rede de Juventude Indígena da América Latina.

9) Esta visão da saúde e da vida rompe com a visão biocêntrica de vida e inclui os seres vivos como parte da comunidade, como os rios, as montanhas, as pedras, os astros, o vento e outros. No mundo andino dos aimarás, esta visão de saúde da comunidade ampla é denominada suma qamaña. Vide David Choquehuanca, 25 postulados para entender o “Viver Bem”, em: www.rebellion.org/noticia.php?id=100068 10

10) Del Popolo *supra*. evidencia que não existem dados isolados em relação à saúde e aos povos indígenas “a única informação que se obtém dos censos de população sobre a situação da saúde dos jovens, segundo sua condição étnica, é aquela que se refere à mortalidade dos filhos das mães jovens”, p. 96.





Indigenous
youth REFFirm
the value of
traditional
Medicine

LOS Jóvenes
Indígenas
REAFIRMAMOS EL
valor de la MEDICINA
tradicional



Saúde Sexual e Reprodutiva com Enfoque Intercultural

As jovens e os jovens indígenas veem com preocupação a falta de uma perspectiva intercultural nos serviços de saúde, particularmente com relação aos direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, identificaram práticas tradicionais que prejudicam a saúde física e mental das jovens e meninas. A falta da perspectiva intercultural gera gravidezes prematuras e o risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis. A juventude indígena considera prioritário executar intervenções que garantam seus direitos sexuais e reprodutivos no contexto de um debate intercultural e aberto, em um plano de igualdade.

Medicina Tradicional

Tanto as jovens quanto os jovens indígenas reafirmam o valor da medicina tradicional como parte do direito à saúde integral. Observam que a medicina

tradicional sofre uma tensão entre a falta de reconhecimento e, em outros casos, a apropriação indevida por terceiros. Consequentemente, consideram necessário realizar intervenções para fortalecer as capacidades em medicina tradicional e promover sua integração aos serviços de saúde, adotando as medidas adequadas para evitar a apropriação indevida.

Saúde Mental

As jovens e os jovens indígenas observaram uma estreita relação entre a saúde mental e a alta vulnerabilidade da infância, adolescência e juventude, resultante da discriminação, pobreza, marginalização e crise na construção de suas identidades. A discriminação contra jovens indígenas pode levar a um contínuo de acontecimentos vitais estressantes, como a perda da liberdade, rejeição, estigmatização e violência, que podem provocar comportamentos suicidas. Identificaram, ainda, que a perda da

identidade indígena na juventude e a falta de valorização de suas culturas, muitas vezes, contribuem para o suicídio e a autoflagelação. Apesar dessa problemática, a informação disponível referente à saúde mental de jovens indígenas é fragmentada e escassa, sendo necessário, por isso, que um plano de saúde para a juventude indígena priorize a produção de evidências e oriente medidas de prevenção culturalmente apropriadas, a fim de melhorar a saúde mental dos jovens indígenas.

Juventude Indígena com Deficiências

A falta de dados preocupa tanto as jovens quanto os jovens indígenas. Em relação a jovens deficientes, as jovens e os jovens indígenas identificam a deficiência como elemento de discriminação, estendendo as formas de discriminação contra jovens indígenas. Os jovens e as jovens indígenas percebem com apreensão a inexistência

de dados relativos à população jovem com deficiências e a falta de políticas diferenciadas a favor desta população.

Violência e Segurança Humana

A violência, seja esta coletiva, interpessoal, ou autoinflingida, é um problema de saúde para a juventude indígena, e requer um enfoque em segurança humana.

A violência contínua e crônica tem repercussões importantes na saúde física e mental. Em especial, a violência contra as mulheres e meninas indígenas afeta direta e indiretamente não apenas para as vítimas, como também as comunidades. Outras formas de violência são resultado de estigma e discriminação contra jovens indígenas do grupo LGBTI, violência sexual ou agressões que ocorrem em condições de mobilizações maciças de população.

Participação Efetiva

A juventude indígena reafirmou a



necessidade de assegurar sua inclusão nos processos de consulta, com a garantia de que haja o consentimento livre, prévio e informado. Bem como, que se garanta o seu acesso aos benefícios dos recursos genéticos derivados da utilização dos recursos de seus povos. A juventude reitera a necessidade de assegurar sua participação ativa na elaboração e determinação de planos e programas de saúde que lhes concernem e a administração desses programas mediante suas próprias instituições, quando possível.



**Linhas Prioritárias de Ação e Recomendações
da Juventude Indígena**

1 PRIMEIRA LINHA DE AÇÃO: PRODUÇÃO DE EVIDÊNCIAS QUE SUSTENTEM PROPOSTAS DE SAÚDE

OBJETIVO	RESULTADOS	
<p>Melhorar a gestão integral da informação sobre a saúde da juventude indígena e de seus determinantes, orientada à tomada de decisões políticas comprovadas</p>	<p>Incorporação da variável étnica e por idade nos sistemas de informação de saúde, em todos os níveis de atenção, nos países da região</p>	
	<p>Observatórios nacionais que incluam informações quantitativas e qualitativas</p>	
	<p>Perfis da saúde ou documentos analíticos da situação da saúde na juventude indígena, especialmente, com relação à gravidez prematura, ao suicídio e a outros problemas de saúde mental</p>	
	<p>Publicação da sistematização das informações sobre a situação da saúde na juventude indígena nas Américas, e seus determinantes sociais</p>	

1 PRIMEIRA LINHA DE AÇÃO: PRODUÇÃO DE EVIDÊNCIAS QUE SUSTENEM PROPOSTAS DE SAÚDE

ATIVIDADES PLANEJADAS/RECOMENDAÇÕES

Propor a inclusão da variável étnica, e separada por idade, nos sistemas de informação e nos dados estatísticos dos Ministérios da Saúde e em outros (segundo denominação em cada país)

Garantir mecanismos para a participação efetiva dos povos indígenas em todo o processo de compilação e sistematização de dados, o que inclui a administração dos dados pelos mesmos povos

Estabelecer recomendações com base nos estudos identificados

Estudo sobre o suicídio como principal efeito da discriminação contra jovens indígenas, com a incorporação de cifras estatísticas (números, porcentagens, etc.)

Estudo sobre o exercício do direito à saúde sexual e reprodutiva de jovens indígenas

A sistematização deve incluir recomendações, acompanhamento, atividades e outras medidas, em continuidade aos estudos, identificando metas para solucionar problemas similares

Criar processos de coordenação regional com os povos indígenas, a fim de assegurar o consentimento livre, prévio e informado

2 SEGUNDA LINHA DE AÇÃO: COMPETÊNCIA INTERCULTURAL

OBJETIVO	RESULTADOS	
<p>Contribuir para a implementação de atenção em saúde que tenha pertinência cultural para a juventude indígena</p>	<p>Programas de sensibilização e capacitação, elaborados e implementados, para os profissionais da saúde que trabalham com a juventude indígena</p>	<p></p>
	<p>Plataforma de boas práticas no que se refere ao fortalecimento das capacidades e competências dos profissionais de saúde ao lidar com a juventude indígena</p>	<p></p>
	<p>Programa de compartilhamento de experiências implementado</p>	<p></p>
<p>Fortalecer as habilidades dos profissionais, incluindo os profissionais indígenas que trabalham com jovens indígenas, para promover o empoderamento dos jovens</p>	<p>Profissionais indígenas que trabalham com jovens indígenas capacitados e reconhecidos</p>	
<p>Criar sistemas de saúde interculturais que respeitem e promovam os conhecimentos tradicionais</p>	<p>Atenção em saúde com pertinência cultural</p>	

2 SEGUNDA LINHA DE AÇÃO: COMPETÊNCIA INTERCULTURAL

ATIVIDADES PLANEJADAS/RECOMENDAÇÕES

Elaboração de um modelo de currículo para a sensibilização dos profissionais da saúde trabalhando com a juventude indígena

Elaboração de um modelo de currículo para a capacitação dos profissionais da saúde trabalhando com a juventude indígena

Elaboração de mecanismos de sensibilização para fortalecer as práticas de atenção em saúde da juventude indígena

Listar os países a que implementem atividades de sensibilização e capacitação dos profissionais da saúde que trabalham com a juventude indígena

Elaboração de ferramentas/guias para a identificação de boas práticas

Identificação de boas práticas por país

Sistematizar as boas práticas

Promover o intercâmbios de experiências e o conhecimento tradicional entre os países

Realizar ações de intercâmbios de experiências no que se refere ao fortalecimento das capacidades e competências para os profissionais da saúde que trabalham com a juventude indígena, respeitando sua organização social e cultural

Avaliação/monitoramento do programa com a participação ativa da população indígena

Desenvolver campanhas de informação, educação, sensibilização e comunicação em temas de saúde para os profissionais indígenas que trabalham com a juventude indígena

Capacitação das equipes de estatísticas em saúde para o reconhecimento da identidade de povos indígenas (censos, pesquisas nacionais)

Promover o intercâmbio de experiências e saberes tradicionais a nível local, de país e sub-regional

Elaborar modelos de protocolos baseados no reconhecimento e no respeito aos povos indígenas, e na não discriminação, para os profissionais da saúde que trabalham em atenção

Elaboração e implementação de projetos-piloto sobre a atenção e sua adequação cultural

3 TERCEIRA LINHA DE AÇÃO: AÇÃO POLÍTICA

OBJETIVO	RESULTADOS	
Mobilização de recursos técnicos e financeiros para a implementação das atividades deste Plano de saúde	Políticas, programas e planos para a saúde intercultural que respondam às necessidades da juventude indígena	
Articulação dos povos indígenas com organismos de ciência e tecnologia nacionais e internacionais, para a gestão de pesquisa e projetos de inovação social a favor da juventude indígena	Ações setoriais que promovam a articulação do conhecimento tradicional vinculado à saúde	
	Ações intersetoriais implementadas que promovam o reconhecimento dos saberes tradicionais indígena vinculada à saúde	
Participação fortalecida, tanto das jovens quanto dos jovens indígenas, em espaços de discussões e tomada de decisões, e no acompanhamento de ações sobre a saúde da juventude indígena	Comitê consultivo que acompanhe o trabalho coordenado entre a Rede de Juventude Indígena da América Latina e da Organização Pan-Americana da Saúde	

ATIVIDADES PLANEJADAS/RECOMENDAÇÕES

Elaboração de políticas, programas e planos para a saúde intercultural que respondam às necessidades da juventude indígena. A elaboração deve ser realizada com a participação plena e efetiva das juventudes indígenas, respeitando a diversidade cultural e de gênero

Elaborar uma estratégia de comunicação e divulgação dos avanços do plano de ação para a juventude indígena e de outras ações construídas com a participação das jovens e dos jovens indígenas

Manter estratégias que garantam a incidência política da juventude indígena em termos de políticas, programas e planos para a saúde

Criar espaços que possibilitem o intercâmbio de conhecimentos entre a medicina tradicional e a medicina oficial/ocidental

Criar estratégias para a implementação de serviços de saúde com pertinência cultural para a juventude indígena, em todas as instituições prestadoras de serviços de saúde: públicas, privadas, forças armadas e previdência social, conforme seja o caso

Promover ações intersetoriais que promovam o reconhecimento do conhecimento tradicional indígena vinculada à saúde

Encontros entre organizações de jovens indígenas e instituições do governo representantes da saúde e da juventude. Propostas: a) Políticas públicas, b) Reformas jurídicas, c) Reformas e criações institucionais

Monitoramento e revisão do Plano Regional de Saúde para a Juventude Indígena a cada 3 anos

Fortalecer a Rede de Juventude Indígena da América Latina para a difusão de informações e do conteúdo do Plano e das diversas realidades em relação à saúde

Elaborar uma plataforma de interlocução virtual

4 QUARTA LINHA DE AÇÃO: PARTICIPAÇÃO SOCIOCULTURAL

OBJETIVO	RESULTADOS	
Fortalecer a participação social organizada da juventude indígena na definição de políticas, estratégias e ações	Políticas, estratégias e ações com mecanismos de participação específicos para a juventude indígena	
	Instâncias de controle social, apoiadas pelos Ministérios da Saúde, que assegurem a implementação de políticas públicas para melhorar a situação da saúde indígena	
Contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento de alianças estratégicas para a implementação do Plano	Implementar um plano de integração para a abordagem da saúde dos/as jovens indígenas	
	Plataforma regional de coordenação de jovens indígenas	
Propiciar a integração social e participativa entre crianças, idosos, jovens, mulheres, pessoas do grupo LGBTI, visando o desenvolver um sistema de saúde universal específico, de acordo com a diversidade cultural	Atingir uma saúde de qualidade, garantindo os respeitos da diversidade cultural	
Estimular e assegurar a participação das jovens e das mulheres indígenas nas discussões para tomada de decisões	Fortalecer a liderança e as capacidades, e impulsionar os processos de empoderamento individuais e coletivos	

4 QUARTA LINHA DE AÇÃO: PARTICIPAÇÃO SOCIOCULTURAL

ATIVIDADES PLANEJADAS/RECOMENDAÇÕES

Definir mecanismos de participação para a sua inclusão em políticas e estratégias, e em ações para a saúde

Listar os países a que promovam a participação de representantes dos Ministérios da Saúde em eventos convocados pelas organizações indígenas, para a tomada de decisões relacionadas com a implementação de políticas de saúde e vice-versa

Participação plena e efetiva de jovens indígenas na elaboração de estratégia política que seja executada pela OPAS/OMS como linha de integração

Reuniões de trabalho para conhecer, num primeiro momento, a implementação do diagnóstico sobre os avanços da saúde de jovens indígenas

Criação de conselhos comunitários para a saúde que representem todos os membros da comunidade

Garantir nos conselhos de ordem pública, direcionados para tomada de decisões, a participação das diversidades étnicas de jovens indígenas

Envolver as jovens e as mulheres indígenas, bem como suas organizações e representações, na elaboração de políticas

Promover os processos e as capacidades das meninas e das jovens indígenas, e iniciar diretrizes de formação para a execução do plano de saúde da juventude indígena

Criação de espaços para o intercâmbio entre as gerações

5 QUINTA LINHA DE AÇÃO: INTEGRAÇÃO ENTRE MEDICINA TRADICIONAL E COMPLEMENTAR

OBJETIVO	RESULTADOS
Harmonizar conhecimentos e práticas de saúde tradicional indígena com a saúde ocidental	Estudo diagnóstico da situação atual da utilização das práticas e dos conhecimentos tradicionais na saúde indígena
	Publicação da sistematização de boas práticas sobre a harmonização de conhecimentos e práticas relacionadas à saúde na América Latina e no Caribe
	Regulamentos que protegem a propriedade intelectual da medicina tradicional dos povos indígenas
	Protocolos locais criados dentro das comunidades para o acesso à medicina tradicional por parte de terceiros
	Plataforma local/comunitária que regule o uso da medicina tradicional com base nos direitos dos povos indígenas
Fortalecimento das capacidades dos profissionais indígenas em medicina tradicional	Impulsionar o reconhecimento e a regularização dos profissionais indígenas tradicionais da saúde (xamãs, parteiras etc.)
	Redes de médicos tradicionais mais experientes e jovens institucionalizadas, para que haja a preservação do conhecimento tradicional
	Registro/identificação de práticas de má qualidade relativamente à utilização da medicina indígena tradicional
	Campanha permanente sobre a importância da utilização e do respeito da medicina tradicional, em coordenação com OPAS/OMS

5 QUINTA LINHA DE AÇÃO: INTEGRAÇÃO ENTRE MEDICINA TRADICIONAL E COMPLEMENTAR

ATIVIDADES PLANEJADAS/RECOMENDAÇÕES

Alianças estratégicas entre as organizações de juventudes indígenas da América Latina e do Caribe, com a finalidade de acordar as recomendações e as propostas, objetivando harmonizar os conhecimentos tradicionais indígenas no que diz respeito à saúde

Criar espaços para discussões que possibilitem o intercâmbio de conhecimentos entre a medicina tradicional e a medicina ocidental

Promover, entre os Estados, a adoção de medidas legislativas, a fim de proteger a titularidade de propriedade intelectual da medicina tradicional dos povos indígenas

Listar os Estados Membros a que apoiem a elaboração de protocolos locais em articulação com os povos indígenas

Compartilhar boas práticas entre os países para impulsionar a adoção por todos os países

Apoiar os países no desenvolvimento de plataformas comunitárias

Produzir materiais instrutivos para a elaboração de plataformas comunitárias de gestão do conhecimento

Criar espaços permanentes de participação de jovens indígenas, para o acompanhamento da implementação de ações de saúde dirigidos às jovens e aos jovens indígenas

Organizar o intercâmbio de experiências e a formação com profissionais de saúde, instâncias de saúde dos países e jovens indígenas, com o fim de sensibilizar quanto ao tema da saúde indígena

Sistematização das boas práticas em relação ao reconhecimento da sabedoria tradicional, no que se refere à saúde, em países da América Latina e do Caribe

Realizar intercâmbios entre profissionais indígenas de saúde tradicionais de diferentes povos indígenas da América Latina e do Caribe

Realizar um encontro entre diferentes gerações sobre a saúde tradicional indígena na América Latina e no Caribe

Campanhas de sensibilização para o reconhecimento das práticas de má qualidade que violam os direitos consuetudinários sobre o uso da medicina indígena tradicional

Difundir as campanhas em diferentes âmbitos, como em escolas, Ministérios da Saúde, organismos internacionais, para a população em geral, através das rádios comunitárias e novas tecnologias, entre outros

Promover intercâmbios entre a OPAS/OMS e os jovens indígenas, a fim de conhecer o mandato e o trabalho da OPAS/OMS referentes à medicina tradicional

6 SEXTA LINHA DE AÇÃO: DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS PARA A JUVENTUDE E A INFÂNCIA INDÍGENAS

OBJETIVO	RESULTADOS	
<p>Resposta adequada para satisfazer as necessidades específicas das meninas, dos meninos e jovens indígenas, em relação aos seus direitos sexuais e reprodutivos</p>	<p>Promover diálogos interculturais para harmonizar conhecimentos ocidentais com os tradicionais, na temática dos direitos sexuais e reprodutivos</p>	<p></p>
	<p>Mecanismos de abordagem dos direitos de saúde sexual e reprodutiva para a juventude indígena implementados</p>	<p></p>

6 SEXTA LINHA DE AÇÃO: DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS PARA A JUVENTUDE E A INFÂNCIA INDÍGENAS

ATIVIDADES PLANEJADAS/RECOMENDAÇÕES

Espaços de formação dirigidos à família, à comunidade e às jovens e aos jovens indígenas, em especial, incluindo a autoridade tradicional

Elaboração de materiais de informação com linguagem amigável, dirigidos às juventudes, às famílias e às comunidades

Formação de profissionais da saúde nas questões dos direitos sexuais e reprodutivos, com pertinência cultural, incluindo formação por parte de médicos/as tradicionais, indígenas e jovens indígenas

Criar espaços intersetoriais para o diálogo, a fim de garantir o direito sexual e reprodutivo de jovens indígenas

Recomendações específicas para a prevenção de gravidez prematura

Estratégias para abordar os fatores diretos e indiretos da gravidez prematura

Estratégias com uma abordagem coletiva, envolvendo as jovens e os jovens indígenas, suas famílias e a comunidade

Empoderamento das jovens e dos jovens indígenas desde o interior das comunidades, a fim de superar as práticas contrárias aos direitos humanos que interfiram no proveito pleno de suas saúdes sexual e reprodutiva

Listar os Estados a que adotem medidas para a proteção integral de meninas, meninos e mulheres indígenas contra qualquer tipo de violência e exploração sexual dentro e fora de suas comunidades









Organização
Pan-Americana
da Saúde



Organização
Mundial da Saúde
ESCRITÓRIO REGIONAL PARA AS Américas